

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.416 - GO (2020/0264826-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - GO051175
LETÍCIA RODRIGUES ROCHA - GO039774
AGRAVADO : CARLOS HENRIQUE DO PRADO BARBOSA
ADVOGADO : MAÍRA DANIELA CAMARGO - GO032360

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO CONHECIMENTO. ACIDENTE DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CAUSA EXCLUDENTE. ÔNUS DA PROVA.

I. Em obediência ao princípio da dialeticidade, deve a parte recorrente demonstrar o desacerto da decisão atacada, mediante impugnação específica das razões de decidir. A invocação de alegações genéricas, abstratas ou desconexas com o decisor combatido, ou a mera remissão aos termos do recurso anterior, acarreta o não conhecimento do recurso por ausência de regularidade formal.

II. Por ser prestadora de serviço público, a Requerida/Apelante responde objetivamente pelos danos que sua atividade provocar. Inteligência do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal c/c artigo 22, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

III. Nos termos do artigo 373, II, do CPC, incumbe à concessionária Requerida/Apelante o ônus de demonstrar a ocorrência de causa excludente da responsabilidade civil, o que não se verificou na hipótese dos autos.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDA.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, relativas à inexistência de responsabilidade civil, traz o seguinte argumento:

Não se trata, neste caso, com a máxima vênia, de responsabilizar

a recorrente de forma objetiva. Como esclarecido nos autos, a maioria dos defeitos na rede elétrica, principalmente na zona rural, se dá por interferências externas, sobre os quais a empresa não tem controle, apesar de todo o trabalho de manutenção da rede de distribuição, nos termos da legislação que rege o setor, submetendo-se à fiscalização do Poder Concedente - configurando excludente de responsabilidade civil — caso fortuito/força maior.

Ainda que se considerem previsíveis as interferências climáticas, seus resultados não são previsíveis, Excelência, e aí está a dificuldade de imputar a responsabilidade à recorrente pelos danos advindos de forças naturais (fls. 278).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente